

# 8

## Jovens, gênero, mídia e violência em contexto de “pacificação na cidade do Rio de Janeiro”

**Maria Luiza HEILBORN:** heilborn@ims.uerj.br

Antropóloga, professora associada do Instituto de Medicina Social. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ). Procientista UERJ/FAPERJ e bolsista de Produtividade IC do CNPq.

**Alfonsina FAYA:** afaya@univ-tlse2.fr

Socióloga, pós-doutoranda e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ). Doutora em Sociologia pela Université de Toulouse II. Bolsista PDJ pelo CNPq.

**Ana Paula DAMASCENO:** pauladms@hotmail.com

Mestre em Saúde Coletiva, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ).

**Josué de SOUZA:** josuefdesouza@gmail.com

Bacharel em Ciências Sociais, assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Autonomia e Saúde do Instituto de Medicina Social (NAUS/IMS/UERJ).



# BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

**Resumo** Este artigo detém-se sobre o tema da violência e juventude em territórios de conflito armado na cidade do Rio de Janeiro em razão da presença ou da tentativa de controle do narcotráfico. Está baseado em duas investigações qualitativas em favelas cariocas que contam com unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). As características particulares de cada favela imprimem à violência e o modo da mesma ser retratada pela mídia, traços específicos de lidar com a população jovem, sobretudo a de sexo masculino, que é simultaneamente autora e vítima de violência. A realização do trabalho de campo e de entrevistas em profundidade permitiu descrever alterações das dinâmicas sociais introduzidas, em especial na sociabilidade juvenil, pela presença ostensiva da polícia segundo as narrativas dos moradores de cada localidade. As pesquisas demonstraram de que modo a mídia ajudou a sustentar a implantação desta política pública através da adoção da dicotomia guerra/paz e pelo modo de apresentação dos eventos ligados à criminalidade nas áreas investigadas.

**Palavras-chave** Juventude; mídia; Sociabilidade; Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs

**Abstract** This article discusses the question of violence and youth taking place in areas of armed conflict in Rio de Janeiro where the State's intervention is trying to restrict or abolish the organized drug crime. The text is based upon two qualitative researches conducted in favelas (shanty towns) which have Pacifying Police Units (UPPs). The specificities of each favela is crucial in the way the media pictures the place and conceive the young and poor men, who are the main target of violence as the major actor of it. Through fieldwork and in-depth interviews with *favela* inhabitants, we were able to describe the changes in social dynamics (juvenile sociability) brought on by the Police ordinary presence. The researches show how the media supported the implementation of this public police by the stressing the dichotomy between war and peace within the circumstances of urban armed conflict.

**Keywords** Youth; Media; Sociability; Pacifying Police Units – UPPs



## INTRODUÇÃO

Este artigo traz reflexões de duas pesquisas conduzidas sobre a temática da juventude e políticas de segurança na cidade do Rio de Janeiro. A primeira investigação “Sociabilidades juvenis, relações de gênero e políticas sociais em uma comunidade em processo de pacificação – o caso do Complexo do Alemão”<sup>33</sup> contou com o trabalho da equipe de pesquisadores do Laboratório Juventudes e Políticas Sociais do Instituto de Medicina Social/UERJ, no período de 13 meses no Complexo do Alemão<sup>34</sup>. A segunda investigação “Violência de gênero e pacificação: entre as leis do Comando e o comando da Leis” é o trabalho realizado pela terceira autora como dissertação de mestrado, tendo como o objeto de análise quatro favelas cariocas: duas na Zona Norte –Formiga e Complexo do Alemão -, e Babilônia e Chapéu Mangueira na Zona Sul, que contam com unidades de polícia pacificadora.

A metodologia de ambas investigações foram o trabalho etnográfico, via observação participante de diferentes espaços das referidas comunidades, bem com realização de entrevistas em profundidade com roteiro semi-estruturado.

O refrão de um rap carioca de vinte anos atrás " eu só quero ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci" traduz de modo contundente as condições de cidadania de segunda classe destinadas aos moradores de favelas cariocas, em particular os jovens do sexo masculino.

O Estado do Rio de Janeiro até cinco anos atrás ficou marcado por uma concepção de segurança pública na qual a polícia era incentivada a controlar a criminalidade de forma ostensiva , com franca tolerância para a execução quase sumaria de suspeito ( RAMOS E MUSUMECI, 2013). Houve momentos em que policiais chegavam a ganhar remuneração extra pela morte de pessoas classificadas como bandidos (SOARES, 2000). A violência não é um apanágio do Rio de Janeiro, mas a cidade, desde os anos 90, ficou internacionalmente conhecida por sua altíssima taxa de homicídio. Em 1994, a cidade tinha uma taxa de 74 homicídios para cada 100.000 habitantes. Nos últimos anos esse cenário melhorou e, em 2012, a cidade teve a sua menor taxa de homicídios em 20 anos, equivalente a 19 mortes por 100 mil

---

<sup>33</sup> O projeto de pesquisa foi agraciado com auxílio à pesquisa (APQ1) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>34</sup> O Complexo do Alemão é um conjunto de 13 favelas localizado na Serra da Misericórdia, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. As favelas que o compõem são: o Morro do Adeus, o Morro do Alemão, a Alvorada, o Morro da Baiana, o Canitar, as Casinhas, a Nova Brasília, a Fazendinha, a Grota, os Mineiros, as Palmeiras, a Pedra do Sapo e o Reservatório de Ramos. Apesar de ser oficialmente um bairro da cidade, ele ainda é referido na mídia como parte dos bairros de Bonsucesso, de Inhaúma, de Olaria, da Penha e de Ramos.



habitantes (MONTEIRO, 2013). O decréscimo ainda que deva ser saudado, não permite uma leitura ingênua, uma vez que o número de desaparecimentos aumentou drasticamente: 212 para 249 entre 2011 e 2012 e já somam 278 casos nos últimos 12 meses (CERQUEIRA, 2012).

O homicídio é hoje a principal causa de morte não natural de jovens brasileiros. No que concerne à juventude carioca, o relatório produzido pela UNICEF intitulado *Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas* (2009) coloca em evidência índices alarmantes de mortalidade. A taxa de homicídios de jovens do sexo masculino do Rio de Janeiro é 4 a 5 vezes maior que a taxa média do Estado, que é uma das mais altas do Brasil, sendo o país um recordista mundial, em assassinatos. O documento salienta que as maiores vítimas de homicídios entre os jovens da cidade são aqueles identificados como negros e pardos. Ademais, quando olhamos os homicídios segundo os dados da polícia pelas áreas Integradas de Segurança Pública do Rio de Janeiro, temos taxas de 5 a 12 homicídios por 100 mil habitantes em bairros da Zona Sul da cidade e de 40 a 60 por 100 mil em bairros da Zona Norte e Zona Oeste. Isto é, nas zonas periféricas da metrópole os homicídios tendem a ser até cinco vezes mais frequentes que nas áreas com maior renda per capita. Nesse sentido, a ordem social e a violência é incorporada nos corpos e traduz problemáticas específicas de saúde individual e coletiva (Fassin, 2000).

## **HETEROGENEIDADE EM COMUNIDADES FAVELADAS: O PRISMA DA GERAÇÃO**

Diferentemente do que o senso comum imagina, comunidades faveladas são muito heterogêneas. Se as condições de acesso a serviços de saneamento e ordenação do território possam assemelhar-se, as configurações sociais, dadas pela história de ocupação, tamanho da comunidade e trajetória de relacionamento com a vizinhança mais ou menos abastada fazem toda a diferença. Afora isso, a composição demográfica e as relações sociais existentes em cada um desses espaços sociais fazem de cada favela uma realidade singular, com características próprias, o que dá ensejo a modalidades muito diversificadas com o projeto de pacificação em andamento.

O conjunto de 13 comunidades denominada complexo do Alemão tem sua história marcada pela própria origem da facção de narcotráfico mais notória da cidade: o Comando Vermelho (CV). Em 2012, a região ficou conhecida pela fuga em massa de bandidos, que televisionada, ganhou grande repercussão nacional e internacional. Depois de 23 anos da presença da UPP, as unidades têm sofrido ataques à por parte de grupos avessos à presença da polícia naquele território. Já



as comunidades da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia possuem dimensões bem mais reduzidas, são de ocupação mais antiga na cidade e no caso das duas últimas passaram por diversas etapas na relação como narcotráfico, isto é, foram comandadas por diferentes facções. Esta situação introduz modulações muito contrastantes entre as 4 comunidades. A recepção às UPPs é distinta; as unidades são bem vistas em geral por moradores mais velhos ou há mais tempo ali instalados. O prisma de geração introduz variações intensas no modo de avaliar a nova política de segurança. No Complexo do Alemão, sobretudo os jovens reagem de maneira quase hostil aos policiais; as moças não cumprimentam os militares, pois temem que no retorno dos traficantes poderão ser punidas pelos mandantes do morro. No Chapéu Mangueira ocorre o envolvimento amorosos entre moças e policiais e até mesmo entre uma “upepete” e um rapaz local. A avaliação mais ou menos consensual é de que a UPP foi uma conquista para a localidade, que a “vida na comunidade” melhorou e as benfeitorias representam possibilidade de emprego ou de exploração de atividades para turistas.

### JOVENS E VIOLÊNCIA

A “juvenilização da violência” é um fenômeno de ampla discussão internacional. Os jovens, em geral de sexo masculino, são as principais “vítimas” da violência como também os que as perpetraram, seja por lógicas de engajamento em “condutas de risco” ou por uma precoce entrada na criminalidade (Peralva, 1996). Diversas perspectivas detêm-se sobre as formas de sociabilidades juvenis que, a partir de certas lógicas sociais conduziram ao desenvolvimento de “condutas de risco”. Está proposição ancora-se na ideia de que diante de um quadro de dificuldades encontradas pelos jovens - relativas à inserção no mercado de trabalho, ao acesso a bens de consumo e à imersão em contextos de risco de morte onipresente há certa “familiaridade com o risco” -. O contexto de violência a que estão expostos avulta-se no trato com a instituição policial em cenário marcado pela violência resultante da comercialização ilegal de drogas:

No seio da juventude, e mais particularmente da juventude pobre, o sentimento de que as condutas de risco talvez constituíssem, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ia de antecipar o risco, de se apropriar dele, para melhor subjugar-lo. (Peralva, 2000: 127).



A “socialização à violência” (Fachinetto, 2010) dos jovens apresenta um claro recorte de gênero, tal como mostra o Mapa da violência de 2013. A violência em mulheres jovens ocorre, em sua maioria, no âmbito doméstico. A taxa de homicídio feminino representa aproximadamente 8% do total de homicídios<sup>35</sup>. Observa-se, não apenas uma taxa maior para o gênero masculino por homicídios, mas diferenças referentes ao local de ocorrência. Os homicídios masculinos prevalecem no espaço público e estão fortemente relacionados à criminalidade; já os homicídios femininos acontecem em geral no espaço privado, e estão atrelados às relações familiares e privadas (Schraiber, Gomes, Couto, 2005). Assim, a “casa” seria o espaço típico da violência contra a mulher, diferenciando-se da “rua”, espaço de sociabilidade e por consequência, de relações que se objetivam na violência contra os rapazes.

Esses polos da violência segundo o sexo das pessoas contudo, podem ser relativizados, pois novas modalidades de violência urbana começam a serem associadas às mulheres jovens. Como demonstra o trabalho precursor de Tatiana Moura (2007) sobre mulheres e violência armada no Rio de Janeiro. A autora salienta que o argumento, amplamente difundido, de que os homens são as principais “vítimas e algozes” da violência urbana legitima a ausência de mulheres e meninas nas pesquisas sobre violência urbana, e em particular sobre a violência armada (MOURA, 2007).

A pesquisa de Paula Damasceno em territórios pacificados no Rio de Janeiro demonstra de que modo a recepção e às expectativas em tornos das UPPS diferem de acordo com o histórico da favela, suas dimensões territoriais e histórico de convivência com o narcotráfico. O complexo do Alemão, berço da facção C.V. e sempre por ela dominada, representa entre as favelas investigadas por Damasceno (2014) a que apresenta maior resistência à permanência da UPP em seu território e na qual os jovens apostam que a sua existência está determinada pelo término dos grandes eventos esportivos que ocorreram no Rio de Janeiro entre 2014 e 2016.

Alguns estudos que analisaram a repercussão de intervenções sociais promovidas por organizações não-governamentais no aumento das perspectivas de vida de jovens que vivem em áreas pobres ou de risco revelaram que os “jovens de projeto” apresentavam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais

---

<sup>35</sup> Apesar dessa baixa proporção, vale salientar que no ano de 2012 acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Nos últimos 32 anos – de 1980 a 2011, morreram assassinadas 96.612 mulheres. Nos últimos dez anos, morreram praticamente a metade desse total.



ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência.

Ao longo de décadas, a privação em distintos níveis de direitos de cidadania como parte de um processo de desqualificação moral e política da população favelada, colocou esses grupos em uma posição de vulnerabilidade social e intensa sujeição diante dos agentes do Estado. Vários pesquisadores já demonstraram que certas formas de gestão pelo Estado desses territórios marginalizados implicaram tolerância e naturalização de práticas que em outros territórios da cidade seriam altamente condenáveis e, até mesmo, inconcebíveis (Machado, 2004; Leite, 2007; Ribeiro, Dias e Carvalho, 2008; Leeds, 2009). Ao analisar as estratégias de visibilidade e atuação política de moradores de favelas cariocas contra a violência policial, Farias (2007), por exemplo, propõe pensar a representação dos favelados como "população matável" (sobretudo desde a década de 1990). A proposta teórica da "Antropologia das Margens" (Das e Poole, 2004) argumenta que as populações que se configuram como marginalizadas em diferentes contextos constituem-se dessa forma por meio de um envolvimento com o Estado caracterizado pela transformação de exceções em regras. Farias (2007) aponta que essas configurações específicas podem envolver a percepção das margens como espaços ocupados por populações "insuficientemente socializadas"; como espaços em que dinâmicas variadas de interação entre os indivíduos e o Estado (seja por documentos, práticas e/ou discursos) os tornam espaços de tolerância a violações de direitos; ou ainda, como um território "localizado entre corpos, leis e disciplinas" (2007:61). Essas representações sobre os moradores de favelas parece cristalizar-se sobretudo nos homens jovens.

Alba Zaluar (1994, 1999 e 2001), alerta sobre as associações deterministas entre desigualdades sociais, pobreza e violência recusando as explicações reducionistas da "carência". Segundo Zaluar, (2004), o aumento da violência nos últimos anos não pode ser devidamente analisado caso se ignore os mecanismos institucionais e do crime organizado postos em marcha no período, sobretudo em grandes cidades como o Rio de Janeiro. Este aumento conferiu às favelas o rótulo de focos irradiadores da violência e da criminalidade (Leite, 2007). Tal percepção acerca da violência urbana implicou a noção de ser preciso construir políticas de segurança pública mais eficientes. De um lado, surgiram propostas que defendiam uma combinação de políticas de promoção de cidadania como alternativas mais eficazes de atuação em segurança pública; de outro, havia defensores da ideia de excepcionalidade e radicalidade da situação da violência na cidade enquanto uma situação de "guerra", excluindo da agenda a problemática dos direitos humanos e



civis dos favelados. Com o apoio ostensivo da grande mídia a “metáfora da guerra” teria prevalecido Leite (2007).

Na configuração de atores sociais do tema que lidam com a violência juvenil no cenário brasileiro, encontra-se uma peça fundamental: a mídia. As informações veiculadas pela mídia (escrita ou televisionada) redundam em imagens que estampam os jovens negros e pobres como altamente violentos e principais autores dos diversos tipos de violências (moral, sexual, simbólica, física, etc.); tais imagens produzem efeitos sociais consideráveis. Elas reiteram a imagem de uma favela controlada pelo tráfico, e portanto anula outras perspectivas possíveis no debate político (Peralva, 2000). Legitimam-se ações violentas da polícia nesses locais a partir da “metáfora da guerra”.

Apesar de o jornalismo recorrer ao discurso de ser um “retrato da realidade”, “quarto poder” que publiciza a realidade que de outro modo seria de conhecimento restrito para o público, ele veicula interesses e valores relacionados aos detentores dos meios de comunicação (Barros, Marques e Santos, 2010). O jornalismo funciona como um filtro para a exposição da “realidade” e, dessa maneira, a mídia não informa sobre os fatos, mas constrói uma versão sobre os mesmos. Esse perfil pode ser observado na escolha das questões veiculadas, que confere atenção a alguns temas em razão de outros. Essa atenção, naturalizada ou proposital, aponta para que partes do cotidiano se deva enxergar.

A mídia simplifica os acontecimentos ao retratá-los, eliminando a complexidade dos fatos e criando uma imagem dividida em categorias polarizadas. Tal simplificação não considera os diversos fatores que compõem os acontecimentos, nem as diversas leituras que são deles feitas. As categorizações de acontecimentos e atores – divididos em “bem” e “mal”, “herói” e “bandido”, “guerra” e “paz” - legitimam um tipo de discurso em detrimento de todos os outros, a mídia acaba por firmar-se como detentora da verdade. As informações e opiniões formuladas nesse meio muitas vezes não estão em consonância com as opiniões e informações passadas por outros atores sociais.

### **A PACIFICAÇÃO E OS JOVENS**

A política das UPPs se divide em duas formas de atuação: as UPPs militares (que são seu carro-chefe) e as UPPs Sociais. As UPPs Sociais correspondem a um pacote de políticas sociais coordenadas pelo governo do Estado com vistas à promoção do desenvolvimento social das áreas ocupadas pelas UPPs militares, com o objetivo de atenuar a precariedade de serviços públicos essenciais nestas localidades. O fenômeno da “pacificação” de áreas antes dominadas por facções criminosas, através de uma reconfiguração de suas relações com o Estado e de uma



tentativa de resignificação de seu lugar na cidade, colocam questões acerca de possíveis transformações nas formas de sociabilidade juvenil, as dinâmicas de violência, bem como nos modos de ser jovem nesses espaços.

Tendo em vista esse cenário, o processo recente de “pacificação” oferece uma rica entrada para refletirmos sobre as relações entre violência e juventude. Neste artigo, buscamos uma análise cruzada das representações veiculadas pela mídia com as observações da pesquisa etnográfica realizada no Complexo do Alemão, bem como nas comunidades da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia a partir de um prisma de geração. O tema da violência será abordada em articulação com as transformações na sociabilidade dos jovens, impulsionadas pela nova política de segurança.

Ademais, analisaremos, depois de uma breve nota metodológica, as representações veiculadas na mídia do momento chave da “ocupação” - a entrada das forças da ordem no território – como momento cristalizado na memória dos moradores do qual emergem diversas questões que ainda hoje estão presentes nas falas e práticas dos habitantes. Em seguida, trazemos para o bojo da discussão as representações dos jovens na mídia, onde se encontra um eco nas relações da Upp com os moradores dessa faixa etária e as novas violências que emergiram. Por fim, discutiremos mudanças importantes que a instalação das Upps produz nos territórios e nas sociabilidades de seus moradores mais jovens.

Ao longo de 12 meses de investigação, entre junho 2012 e junho 2013, a equipe de pesquisa desenvolveu um trabalho de campo etnográfico no *Complexo do Alemão*, em particular em três comunidades: Canitar, Casinhas e Grotta. Nossos interesses de investigação e a viabilidade metodológica da pesquisa conduziram a delimitação dessas áreas como locus de pesquisa. Há um número reduzido de estudos sobre as comunidades que compõem o Complexo do Alemão ao mesmo tempo que existe grande visibilidade atribuída.<sup>36</sup>

A nós, interessava, nos afastar de pontos de vista maniqueístas acerca dos novos e complexos fenômenos em curso nas comunidades do Alemão (“UPP”, “turismo na favela”, etc.) para compreender a perspectiva dos jovens moradores sobre os acontecimentos. Foram realizadas observações sistemáticas em diversos espaços de sociabilidade dos jovens ( ONGs, praças frequentadas, saídas noturnas, nas proximidades de escolas e clubes, etc.) durante o período.

---

<sup>36</sup> Desde a construção do teleférico, o Complexo do Alemão se tornou um ponto turístico da cidade, como sinalam várias notas em jornais de grande circulação (ver, por exemplo, o artigo “Favelas com UPP são pontos turísticos da vez” do dia 3/12/11 (em <http://oglobo.globo.com/rio/favelas-com-upp-sao-pontos-turisticos-da-vez-3378301#ixzz2Ws51r1tV>). Esse dado foi constatado por nossa pesquisa. As visitas turísticas parecem, contudo, concentrarem-se no próprio teleférico, reforçando uma visão de “fora” e de “longe” sobre o cotidiano do bairro.



Foram entrevistados 15 jovens, entre 15 e 24 anos, recrutados em diversos espaços pelos quais os pesquisadores circularam<sup>37</sup>.

Fizemos um acompanhamento de matérias jornalísticas sobre os diversos discursos e enfoques a partir da entrada das forças de segurança no Complexo do Alemão e no período posterior, durante a realização da pesquisa, buscando compreender quais as visões inseridas na abordagem da imprensa sobre os temas escolhidos e qual a relação com a visão dos moradores sobre tal perspectiva.

Dada a visibilidade gerada pela mídia ao processo de pacificação registramos 157 artigos publicados entre Junho de 2012 a Fevereiro de 2013. Nos primeiros meses, 20 portais foram acompanhados por dois pesquisadores da equipe; selecionamos depois 5 portais de notícias a partir da constatação do maior alcance de leitores: *R7*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia* e *GI*. Um dado bastante relevante é que esses portais apresentam pontos de vista diferentes acerca dos eventos noticiados. A partir do mês de agosto de 2012, as reportagens foram divididas em categorias que contemplavam diferentes aspectos do modo como a comunidade é retratada nos meios de comunicação, com foco nos discursos sobre os jovens.

### **O MOMENTO DA PACIFICAÇÃO – OCUPAÇÃO. DIVERSAS MANEIRAS DE FALAR SOBRE “A VIOLÊNCIA”**

Durante o mês de novembro de 2010, a mídia deu enfoque a uma onda de crimes orquestrados por uma organização criminosa que culminou na ocupação dos complexos do Alemão e da Penha pelas forças de segurança do Estado. Segundo as fontes analisadas, a partir do dia 20/11/2010 diversos crimes aconteceram na cidade do Rio de Janeiro e na região metropolitana em reação à implantação de Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades da cidade. O portal R7, em matéria publicada em 24/11, relata os crimes acontecidos naquela semana como parte de uma “guerra do Rio contra o Tráfico”:

Em resposta à implantação das UPPS (Unidades de Polícia Pacificadora), a onda de violência no Rio começou no fim da noite de sábado (20), com ataque na rodovia Rio-Magé (BR-116), na altura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Desde então, os moradores do Rio de Janeiro não tiveram mais paz. O terror continuou no domingo e se intensificou nos dias seguintes. Na quarta-feira

<sup>37</sup> De acordo com as exigências do Comitê de Ética em pesquisa do IMS/UERJ, foi apresentado para todos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando os objetivos gerais da investigação e garantindo o sigilo dos dados coletados e anonimato dos informantes.



(24), os bandidos passaram o dia espalhando medo pela cidade. Veículos foram queimados e cabines da polícia metralhadas.<sup>38</sup>

A partir do dia 25 de novembro de 2010, os meios de comunicação intensificaram a justificativa da ocupação de comunidades devido aos ataques ocorridos. No UOL, uma matéria aponta que especialistas afirmam a necessidade da implantação de UPPs nos subúrbios da cidade, como nas favelas do Complexo do Alemão, Maré, Juramento, Manguinhos, entre outras<sup>39</sup>.

Várias matérias (24 a 26/11/2012) detiveram-se sobre o porquê da “onda de violência”, recorrendo a breves entrevistas com autoridades da segurança pública no Rio, contendo falas do Secretário de Segurança do Rio e de comandantes da PM. Os entrevistados alegavam ser a “onda de violência” : uma ação planejada por vários chefes de facções de grandes comunidades do Rio com o intuito de retardar o projeto de pacificação de comunidades dominadas por facções do tráfico de drogas não. As matérias que se seguiram relatavam as ações da força de segurança pública contra as ações criminosas, e as da entrada efetiva das forças de segurança públicas no Alemão. Notícias frequentes seguem dos dias 26/11 até as primeiras semanas de dezembro, acompanham passo-a-passo as ações da secretaria de segurança pública.

O discurso da “onda de violência” legitimou a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha, transformando o ocorrido numa disputa entre lados polarizados. Como analisado por Pechêux (1997), as palavras e expressões assumem diferentes sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as utilizam. Nesse sentido, ao analisar as reportagens publicadas na revista *Veja* antes e durante a ocupação das comunidades, Affonso (2012) expõe os discursos bélicos da mídia relacionados à UPP. Devido a este discurso, no contexto da pacificação, expressões como “cidade libertada”, “batalha do bem contra o mal” e “guerra contra o crime” denotam o sentido que o veículo busca dar, legitimando a violência policial para combater a violência do crime organizado. Segundo a autora, essas notícias promovem o silenciamento das resistências, conflitos e contradições existentes nos discursos destacados.

Das 157 reportagens recolhidas durante a pesquisa, 51% delas fazem referência a crimes e conflitos armados, além da intervenção dos policiais da UPP no dia-a-dia da comunidade. Essa porcentagem denota o grande interesse

<sup>38</sup> <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/veja-a-cobertura-completa-da-onda-de-crimes-no-rio-20101124.html>

<sup>39</sup> <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/25/armas-e-soldados-do-traffic-estao-no-suburbio-e-upps-precisam-ir-para-la-diz-especialista.htm>



midiático nas relações de poder dentro do Complexo do Alemão. Porém, essas relações são simplistas e implicam a luta de policiais e traficantes, sem indagar as relações entre policiais e diversos segmentos de moradores, nem as mudanças de interação entre os próprios habitantes nesses momentos de reorganização da vida quotidiana no território..

Essa polarização pode ser observada no material recolhido sobre a ocupação do Complexo do Alemão. A palavra violência repete-se 18 vezes a cada 10 matérias. A força com que o vocábulo violência é empregado para caracterizar as situações que ocorrem antes e durante o processo de ocupação do Complexo do Alemão é de medo do crime – da violência que a população sofre decorrente das ações criminosas – e de esperança – da ação violenta de repressão por parte do Estado. Assim, um dos jornalistas da Globo dizia:

“Naquela hora, eu só ficava pensando nos moradores: antes ali não era o Rio de Janeiro, era uma cidade paralela, com as suas leis, com as suas ordens impondo todo tipo de terror àqueles moradores”.

Não somente o discurso sobre a violência na favela legitima a entrada da política pública de segurança, mas, sobretudo ela cria um tipo de política baseada na utilização da repressão e da força. Produz-se um consenso que os moradores são vitimizados e que devem ser “libertados”. Assim, a ação policial aparece como uma ação integradora das populações. A imagem da favela como “uma cidade paralela” e como uma população morando no “terror” reificam as representações de um “outro” dentro da cidade, um outro que pode também se tornar “contra” a cidade (Peralva, 2000). Neste sentido, ora o “outro” é vítima, ora é tratado como algoz. A partir da vitimização legitimam-se as estratégias políticas e militares de intervenção, como algoz justificam-se a repressão e a “invasão” do território.

No trabalho de campo com os moradores, encontramos posições diversas em relação ao “domínio” do território pelo tráfico e, se várias pessoas valorizavam o fato de se sentir mais tranquilos desde a pacificação, eles geralmente desconstruem o paralelo entre “pacificação” e “liberação”.

Uma moradora diz: *“todo mundo lá fora pensa que aqui dentro morávamos dominados pelo crime, que tínhamos que dar dinheiro para eles” (...)* *“aqui ninguém era dominado por ninguém, aqui sempre fomos livres” (5/10/12).*

A mídia atua na construção da figura de vítima para os moradores das favelas, e assim o fazendo extirpa-lhes os direitos humanos e de ação. Ficam confinados a um único



papel e identidade de vítima. Assim, o poder de ação e de intervenção recai em outro ator - a polícia militar -, que possui direito absoluto, baseado em “razões humanitárias” (Fassin, 2010).

Ao relatar os procedimentos da polícia no Complexo do Alemão, os meios de comunicação optam por utilizar a palavra “pacificação”<sup>40</sup>. Esse termo, oriundo da política de Policiamento Comunitário, faz oposição ao período anterior ao da entrada das forças de segurança na comunidade, que é retratado como um momento de total ausência do Estado, dominado pela violência e o “terror”. Ao utilizar o termo “pacificação” em oposição à “violência”, a mídia considera que a entrada dos policiais instaura certa harmonia na localidade. No entanto, os relatos de entrevistados durante a pesquisa mostram outro ponto de vista sobre a atuação dos sujeitos locais:

A UPP pra mim não é pacificação, é uma ocupação. (...) com esses dois anos que vem ocorrendo de ocupação na Vila Cruzeiro, a segurança do Estado, ela vem chegando com uma força grande dentro da comunidade. Sendo que não é a segurança que a comunidade quer, porque o que acontece, dentro da comunidade o morador é abordado de formas agressivas, de formas absurdas. (Elton, 20 anos)

Dentre as reportagens recolhidas, 42 falam sobre conflitos armados ocorridos na comunidade. O caso mais divulgado foi o da morte da policial Fabiana Aparecida de Souza, em julho de 2012, um mês após a instalação da primeira UPP no Alemão. Na matéria publicada pelo Jornal do Brasil sobre o ocorrido<sup>41</sup>, moradores relataram o clima de insegurança.

“Moradora na Nova Brasília desde que nasceu, a dona de casa Mariana Vaz de Sousa, de 28 anos, lembrou dos momentos de pânico que viveu ao lado do filho, de 3 anos, durante o tiroteio. “Faz muito tempo não ouvia tantos tiros aqui na favela, foi uma coisa horrível. Me joguei no chão e deitei sobre meu menino”, recordou. “Mas pior do que os tiros é a volta desse monte de policial armados até os dentes, revistando todo mundo, e nem sempre da forma mais educada”.” (Jornal do Brasil, 24/07/2012)

---

<sup>40</sup>Esse termo, como observado por Orlandi (2008), é utilizado desde o início do século XX. Àquela época, foi utilizado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão responsável por conter a resistência dos índios à tomada de suas terras. O discurso paternalista que excluía os indígenas buscava apagar a memória da resistência e pacificá-los.

<sup>41</sup> <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/24/morte-de-pm-em-upp-devolve-medo-e-tensao-ao-complexo-do-alemao/>



Esses fatos demonstram uma visão alternativa ao termo utilizado pela imprensa e a percepção de parte dos moradores do Complexo do Alemão, sobretudo os jovens, sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. A atuação dos agentes de segurança é indicada como violenta e abusiva e o processo de “pacificação” é identificado como um processo de “ocupação”. Os moradores distinguem os dois termos por acreditar que apesar da reconfiguração do território ocorrida após a entrada da polícia, certas características do antigo momento ainda permanecem. Elas se referem a maneira como a polícia se impôs na localidade, mantendo a estrutura de verticalização do poder expressa pelo tráfico, reprimindo e contendo os habitantes, e na persistência de práticas que deveriam ter sido ser abolidas como o tráfico de drogas e os constantes conflitos armados.

Em um dos meios selecionados, o Jornal do Brasil, é possível observar uma diferente postura na abordagem dos acontecimentos e da atuação da UPP. Denominado como veículo formador de opinião, possui um histórico de cobertura e análises críticas, utilizando-se mais comumente de dados estatísticos do que os jornais tidos como populares, como o O Dia. (RAMOS; PAIVA, 2005). Essa postura é observada em reportagens como a publicada no dia 21/08/2012, com o título “*Novo ataque na UPP da Nova Brasília mostra tráfico de drogas enraizado*”.<sup>42</sup> A reportagem chama atenção para os casos de violência ocorridos no Complexo do Alemão após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora e conta com a entrevista de um policial militar da região, que afirma que:

"O próprio Beltrame [Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro] sabe, e diz isso, que o tráfico não acabou. Quem somos nós para contrariá-lo?", questionou ele, que depois comentou a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora. "Tiraram os empregos de traficantes, mas não ofereceram nada em troca. Ficamos nós expostos à raiva dos jovens sem perspectiva, esperança ou oportunidades. O tiro é quase um alerta, e a tendência é piorar". (Jornal do Brasil, 21/08/2012).

Na mesma reportagem, um morador da comunidade afirma que os mesmos traficantes que faziam o tráfico de drogas antes da entrada das forças de segurança continuam agindo, mantendo o clima de insegurança e a instabilidade no local.

“É a mesma rapaziada, só que com armas menores. Eles traficam nos mesmos lugares. Esse PM baleado ou não sabia onde pisava, ou passou lá na hora que não deveria ter

---

<sup>42</sup> <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/08/21/novo-ataque-na-upp-da-nova-brasil-ia-mostra-trafico-de-drogas-enraizado/>



passado” (...) “Nunca tive medo do tráfico, e nem terei hoje. Mas eles têm de sair daqui o quanto antes. Digo isso para quem quiser ver e ouvir. Ninguém mais suporta viver sob os olhares ameaçadores”. (Jornal do Brasil, 28/08/2012).

Segundo outra reportagem publicada pelo jornal em 21/09/2012, dois policiais acusados de saquear uma casa no Complexo do Alemão foram expulsos da corporação<sup>43</sup>. Os abusos cometidos por policiais foram denunciados desde a ocupação da comunidade, como exposto em matéria da Carta Capital em dezembro de 2010<sup>44</sup>.

A letalidade das ações policiais é alarmante em relação aos jovens. O número de mortos desse grupo em confrontos com a polícia pode ser considerado “uma cifra trágica” (Cecchetto et al, 2012). Farias (2007:67) aponta que, em distintas escalas (municipal, estadual e federal), o Estado e seus agentes se fazem presentes de modos diferenciados nas áreas marginalizadas do Rio de Janeiro e que sua atuação nesses territórios difere da atuação nos demais espaços da cidade. Pode-se tomar como exemplo, das lógicas distintas que pautam a ação estatal no “asfalto” e nos “morros”, os chamados “mandados de busca coletivos” e os “autos de resistência”. Eles se apresentam como práticas cujo objetivo privilegiado é a gestão das populações e territórios marginalizados. Embora comum, o “mandado de busca coletivo” é um instrumento ilegal que as polícias civil e militar frequentemente utilizam para entrar em qualquer casa nas favelas cariocas, sem que seja necessária a autorização ou presença dos que nelas habitam. Em geral, a prática pode implicar danos ao patrimônio dos moradores, saques, agressões físicas e humilhações. Esse tipo de ação é tão rotinizada que, muitas vezes, a polícia nem se quer, de fato, requer o “mandado de busca coletivo”, simplesmente invade as casas; como se naquele território não se fossem vigentes as leis que regulam a vida nos demais espaços da cidade. É como se morar em favela conferisse aos indivíduos um estatuto de não cidadãos ou de “cidadãos precários” (Leite, 2007), o que seria legitimado pelo conjunto de estereótipos e representações acerca desses espaços e de seus habitantes enquanto graves ameaças à segurança da cidade e principais responsáveis por suas mazelas.

## **REPRESENTAÇÕES DA JUVENTUDE: CRIME E DIFERENCIAÇÃO POR ESTRATO SOCIAL**

<sup>43</sup> <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/09/21/pm-expulsa-dois-policiais-por-saque-no-complexo-do-alemao/>

<sup>44</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradores-acusam-policiais-de-abuso-no-alemao/>



A “juvenilização da criminalidade” aparece, desde finais dos anos 80 no Rio de Janeiro, ligada ao comércio varejista de drogas ilícitas por jovens e adolescentes e ao acesso cada vez mais fácil às armas de fogo. Segundo vários autores (Zaluar, 1993, Peralva, 2000, Adorno, 1995) a entrada dos jovens na criminalidade estaria também relacionada com a democratização da cultura de massas e a valorização de símbolos e padrões de consumo próprios da juventude.

O crime é um tema privilegiado da mídia e esta tem um papel importante na construção de um conjunto de representações sociais ao redor do que constitui “o marginal” e a criminalidade. Adorno (1995) salienta a espetacularização do crime pela mídia a tal ponto, que o aumento da criminalidade está superdimensionado. Existiria assim, por parte da mídia, a alimentação de um “pânico social” ao redor de uma “juventude criminoso”.

“Baseadas em sondagens de opinião e sobretudo em observação de notícias veiculadas na mídia cotidiana, muitas análises tenderam a acentuar o predomínio de representações sociais que fortaleciam verdadeiro pânico social”. (Adorno et al. 1999:65).

Ao descrever a juventude, a mídia aciona diferentes adjetivos para a caracterização dos jovens pobres moradores de favela em relação aos de classe média. Tal intento fica evidente quando o tópico em pauta versa sobre juventude, violência e ilegalidades. Cabe dizer que essas representações não são únicas da mídia e que as ciências sociais participaram também dessa concatenação da violência juvenil às camadas populares. Como explica Misse (2006) a maioria dos trabalhos realizados na década dos anos 80 no Brasil desenvolveram argumentos que associavam pobreza e criminalidade. Contudo, a mídia se fez a herdeira desses trabalhos, mas não tanto procurando explicações ao crime como fizeram os trabalhos acadêmicos, mas identificando diferentemente os atos criminosos de jovens segundo a origem social, e caracterizando diferencialmente os jovens neles envolvidos.

Uma maneira simples de desconstruir a correlação entre pobreza e crime é a constatação de que a maioria dos pobres não opta pela carreira criminal. Segundo Misse (2006) trata-se apenas de uma maior visibilidade social, na qual a mídia tem papel crucial. As ações criminais nas camadas populares são mais evidenciadas do que as que ocorrem nas camadas médias e altas<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Mesmo se desde há alguns anos apareceu na mídia o problema da criminalidade em jovens de classe média e alta, o que abunda são os questionamentos procurando compreender esse fenômeno (os títulos de matérias abundam



Analisando duas matérias que relatam crimes cometidos por jovens no Complexo do Alemão, podemos compreender melhor os instrumentos discursivos e simbólicos do tratamento diferencial da informação. Na primeira, jovens de classe média foram apreendidos por praticarem assaltos na comunidade<sup>46</sup>, já na segunda um jovem foi preso por suposto envolvimento na morte de uma policial da UPP<sup>47</sup>. Ao tratar dos jovens de classe média a mídia os caracteriza como “adolescentes”, “não-adultos”. Na segunda notícia o foco da abordagem é distinto, antes a adolescência estava em destaque como fator principal da notícia, agora o destaque é dado ao crime. Os jovens são tratados como “menores” e a relação não se estabelece, pela fase da vida na qual eles se encontram. Nesse exemplo, a caracterização como “menor” indica o indivíduo que não atingiu a maioridade penal<sup>48</sup>.

Como Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) afirmam, há consenso na mídia no que concerne a representação estigmatizante dos jovens da periferia e das favelas. Em geral aparecem os aspectos mais desviantes e espetaculares dos jovens das favelas (Correa Maia, 2007), contribuindo para representações que não retratam a realidade plural das “juventudes” - que moram nesses territórios. Porém, não é suficientemente dito, que os discursos midiáticos tendem a invisibilizar o fato de tratar-se de “jovens” ou “adolescentes”; ocorre a utilização recorrente de termos pejorativos como “bandidos” ou de “menores”. Não se trata de mero problema discursivo; este uso acarreta significações e interpretações diferenciadas para um mesmo ato, segundo o segmento social do ator que o produz. Se para Bourdieu (1983) “a juventude é só uma palavra”, quer dizer, uma construção ideológica, ela deve ser desconstruída, pois ela não está isolada do qual ela se distingue, a juventude aparece mais como uma esfera contendo múltiplas delimitações e classificações sociais. Ao mesmo tempo, essas definições têm um impacto nas práticas sociais e

---

em interrogações do tipo: “como pode ser?” “num movimento inesperado, jovens de classe media entram no tráfico”, “ como entra um jovem de classe media no crime?”. Essa intenção de compreensão por parte da mídia se distingue de quando trata-se de jovens de camadas populares.

<sup>46</sup> <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-jovens-de-classe-media-sao-apreendidos-por-assaltos-no-alemao,fbe1ac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

<sup>47</sup> <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/24/morte-de-pm-em-upp-devolve-medo-e-tensao-ao-complexo-do-alemao/>

<sup>48</sup> Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o termo menor foi substituído pelos termos criança ou adolescente. Considera-se que o termo menor é discriminatório e estigmatizante, reproduzindo o conceito de incapacidade na infância. O termo adolescente seria mais apropriado para caracterizar uma fase de desenvolvimento do ser humano que possui características e especificidades próprias.



nas identificações dos atores. Nas categorizações sociais, os jovens pobres aparecem como “menores”, realçando a lógica de punição, e nos casos de jovens de classe média ou alta, são tratados como “adolescentes”.

Assim, o apelo à “adolescência” parece significar uma demanda de compreensão ao leitor-ouvinte, da não responsabilidade completa do autor, pois ele estaria numa fase da vida definida pela imaturidade e a perturbação, assim como apela-se à circunstancialidade do ato e não a uma identificação substancial do autor. O discurso midiático cria uma relação de familiaridade com esses “adolescentes”. O registro discursivo a partir da categoria de “adolescente” implica certa “patologização” que justifica as medidas de ordem médica, psicológica e pedagógica (HEILBORN, 2006).

Em casos de “bandidos” – nos quais a idade pode ser verificada como dentro dos 15-24 anos – o “sujeito” é substancialmente identificado com o ato acometido. Ele é um “outro” que não precisa ser reeducado, mas punido (Foucault, 1984). Os registros discursivos são da esfera penal e sustenta medidas corretivas ou repressivas.

Neste sentido, há um deslocamento evidente segundo a ênfase no estrato social. Como apontado por Silva (2008), a juventude, sobretudo a juventude negra, pobre e moradora de periferia, é estigmatizada pela mídia e tratada como um problema que precisa ser resolvido pela intervenção do Estado. Assim, grande parte das reportagens que tratam do tema juventude fala de uma juventude problemática e violenta, que necessita de respostas violentas do Estado.

Os jovens com quem tivemos contato durante a pesquisa relataram os efeitos dessa estigmatização. Dentre os relatos, destacam-se dois aspectos: os controles de seus itinerários quotidianos no bairro e o controle de suas atividades de lazer, especialmente a proibição dos bailes funks dentro da comunidade. A proibição, em comunidades onde operam as Upps, ancora-se na normativa de fiscalização segundo a lei estadual 5.265. São os jovens que pertencem a famílias mais pobres do bairro que lamentam com mais ênfase a proibição dos bailes funk, pois eles eram práticas de lazer “democratizadas”, pois, era gratuito e de livre acesso.

Estefanie (18 anos) conversa com uma das pesquisadoras: Não tem mais baile funk, que é muito ruim isso. Que antes era muito bom, pois tinha um bem perto da casa dela. Na quadra da Canitar, era só sair da casa dela e já estava no funk. Agora tem que ir bem longe para dançar. A Manguinhos, Jacarezinho, etc. “Então o pessoal não vai mais”. Ela repete muitas vezes “vai fazer o que?” e logo se diz muito descontente com a “pacificação”. Diz de maneira enfática que é uma “ocupação”. Ao mesmo tempo não para de repetir “vai fazer o que?”. Ela diz que tem mais medo agora que antes. Que



se sente mais insegura agora. E que depois do início da ocupação não melhorou nada. É uma guerra, mesmo. (21/08/12).

Cabe salientar que é através do funk que os jovens encontram estratégias de reivindicação, tal como observado por Facina (2009). Segundo a autora, no funk há um “apelo contra a criminalização e o desvendamento dos mecanismos de repressão”. Dentro desses mecanismos de criminalização:

Um dos atores mais ativos aí é a mídia, colocada ao lado de autoridades que exercem seu poder através da violência física (pai e polícia). Isso aponta para a percepção da ligação estreita entre violência simbólica e violência física: o “apanhar da mídia” abre espaço para que se possa “apanhar da polícia”. (Facina, 2009).

### **NOVAS “OPORTUNIDADES” VERSUS “NOVAS VIOLÊNCIAS” NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE**

As matérias relacionadas a incentivos aos bens culturais tiveram grande destaque na mídia depois do momento da “pacificação” e sobretudo durante os meses de agosto a outubro de 2012, período onde as notícias sobre crimes e ilegalidades receberam pouca atenção. Esse momento se inclui na época que ocorreram as eleições municipais no Rio de Janeiro. De acordo com reportagem do *Jornal do Brasil*, essa foi a primeira eleição realizada no Complexo do Alemão livre da influência do tráfico de drogas. O destaque demonstra a existência de uma agenda midiática, que busca evidenciar certos aspectos em detrimento a outros. A inauguração do teleférico como meio de transporte integrador das diversas comunidades que compõem o Complexo, a inauguração da “praça do Conhecimento” e de um cinema, Cine Carioca 3-D, na favela Nova Brasília<sup>49</sup>, ou ainda o deslocamento de eventos esportivos e culturais da cidade para aqueles territórios demonstram a vontade política de dar visibilidade à “pacificação” posta em marcha.

Tal como Mendonça (2011) afirma, a mídia colabora com o processo de construção de imagens que materializam, de maneira representativa, a “pacificação” dos territórios. Nesse sentido, pode-se aventar que a abordagem midiática do processo de ocupação do Complexo do Alemão e seus desdobramentos apontam para uma legitimação do discurso oficial emitido pelo Estado. Ao reproduzir esse discurso sem críticas, os meios de comunicação restringem o debate e reafirmam os estereótipos comuns na cobertura de favelas e

---

<sup>49</sup>De acordo com uma reportagem do JB no dia 30/08, o Cine Carioca registrou em julho de 2012 a maior frequência de um cinema brasileiro. A sala de projeção da Prefeitura do Rio mantém o preço do ingresso inteiro a R\$8.



periferias. É salientado o processo de mudança pelos quais as comunidades pacificadas estão passando e a abertura para que novas relações se estabeleçam naqueles locais, porém, mesmo após esse processo, os meios de comunicação prosseguem dando enfoque aos mesmos temas e reforçando os estereótipos vitimizantes e criminalizantes. Ramos e Paiva (2007), afirmam que o jornalismo historicamente relaciona esses locais apenas a ações policiais e à miséria, excluindo todas as outras relações neles construídas.

A exclusão das relações presentes nesses espaços está ligada à negação do que já existia ali e se torna visível pela produção de novos espaços e bens culturais sem articulações com os espaços e bens culturais já existentes. As consequências disso são por um lado, a não adesão dos jovens às propostas institucionais e, por outro, a maior distância entre os jovens e as organizações institucionais. Foram observados durante o trabalho de campo vários eventos promovidos pelas Ongs atuantes no bairro, pelo teleférico, ou por outros agentes culturais exteriores. Chamou nossa atenção a fraca adesão dos jovens da comunidade.

Dentro das mudanças positivas descritas pela mídia, é destacado o maior investimento em projetos sociais de Ongs e associações no Complexo do Alemão desde a entrada das Upps. Porém, as trajetórias dos jovens e a inscrição em programas e políticas sociais permite asseverar a fragmentação das experiências dos jovens nessas iniciativas do Estado e da sociedade civil. Tal fragmentação não é relacionada com uma suposta experiência anômala ou fragmentada deles, mas com a própria organização e configuração fragmentada de uma rede de políticas e programas que são marcados por descontinuidade e desconexão entre si.

Observamos em profundidade três instâncias responsáveis por levar a cabo projetos culturais e sociais com jovens do bairro. Mesmo tendo surgido em momentos diferentes e tendo gestões e organizações diversas, assim como também linhas de financiamento de instâncias diferentes, uma das características comuns observadas foi a não perenidade dos projetos, os quais dependem de financiamentos aleatórios e não duráveis. Atentamos como uma ONG do bairro, cujas atividades acompanhamos durante o trabalho de pesquisa, teve de cessar as atividades por problemas de fundos. Contudo, a iniciativa enquanto durou permitiu aos jovens transformar o espaço em um lugar privilegiado de sociabilidade:

“Uma coordenadora de uma ONG nos diz que tem muitas crianças que vão mesmo sem atividades, para se encontrar lá. Sobretudo aqueles da turma de música, vão lá, pegam o violão e falam entre eles. Ela diz que “aproveitam que ali está menos quente que nas casas deles”. Ela diz também que, sobretudo são os mais jovens que vão mesmo sem



atividades. É interessante ver como alguns se apropriaram o lugar e de que maneira”. (Caderno de campo, 05/10/12)

Essa dinâmica de “demanda criada e oferta cortada” se traduz no campo em situações emotivas onde os jovens, por identificar os pesquisadores com alguma das ONG, pediam informações sobre cursos ou para eles mesmos proporcionarem os cursos fechados. O modo de atuação entre as diversas instâncias é muito desintegrado. Cada ONG, associação ou projeto atua de maneira restrita e isolada. Parcerias estabelecidas entre elas são ainda escassas. A esse panorama de dispersão dos projetos e programas sócios ou culturais agregou-se um novo ator institucional que são as Upps Sociais. Estas aparecem ainda, em 2012, dois anos depois da “pacificação” como uma instância fantasmática, sobre a qual ninguém sabe bem como, onde e com quem vai atuar.

No referente às práticas de sociabilidade dos jovens entrevistados, novas violências se desenvolveram em torno dos relacionamentos com a polícia das Upps. A presença contínua dos agentes da ordem nos espaços de sociabilidade e de circulação quotidianos dos jovens são vivenciadas como novas modalidades da violência policial dentro da favela.

Os jovens retratam essas dinâmicas do relacionamento violento entre os policiais e os jovens do bairro, os quais se baseiam em uma desconfiança mútua e no controle exacerbado e abuso da autoridade por parte de policiais:

(...) Tem pessoas que estão sendo mais revoltadas com a UPP aqui dentro, entendeu? Que proibiu muita coisa, não pode ver ninguém fumando um cigarro de maconha que já dá tapa na cara, entendeu? Não é assim que se age com as pessoas. Aí se liga o som alto já quer gritar: “Ô porra, desliga esse caralho...”. Desculpa [risos]. E não sei o que, xingando todo mundo. Aí qualquer dedinho que faz assim: “Po, policial...”, já quer entortar a mão, jogar spray de pimenta... É assim. Não tem nenhum exagero no que eu to falando. É assim, tendeu? E eles são muito assim, são grossos. Eles passam aqui, se ficar olhando eles para, quer te revistar.

Cabe ressaltar que as mesmas imagens produzidas na mídia, sobre os jovens favelados, se desdobram em práticas cotidianas pelos policiais ali presentes. Porém, foi observado que os jovens moradores têm uma visão crítica dessas práticas, pois eles são as principais “vítimas” e mostram o desdobramento das representações de gênero que sustentam tais práticas. Como diz uma jovem:

“Eles acham que todos os homens são traficantes, né, e eles acham que também na favela, qualquer mulher dentro da favela pra eles não presta, tendeu? Passa, eles mexe mesmo,



chama de gostosa, e se você falar “ih, que foi?”, eles ainda quer falar besteira. Ih, eu passo serinha. Eu não vou falar pra tu que eles não mexe comigo, mexe, eu não gosto, não gosto mesmo, mas fazer o que(...)”

Cabe salientar, em relação ao recorte de gênero, que essas relações de violência com a polícia são experimentadas tanto pelos homens, quanto pelas mulheres jovens. Nesse sentido, mesmo se as representações sobre os meninos e as meninas do bairro que sustentam as práticas dos policiais podem ser diferenciadas segundo estereótipos de gênero – o jovem como traficante e a jovem “que não presta” – há uma certa simetria nas maneiras como as relações entre eles e os policiais se desenvolvem.

Para os jovens, algumas práticas e gestos cotidianos se vêm modificados com a presença policial e os conflitos que ela desperta. Os espaços mudam, são ocupados por outras pessoas. Fica então a memória de outros agentes e atividades que ocupavam os territórios. Alguns espaços do bairro se transformam em símbolos, motins de guerra, ocupados antigamente pelo “inimigo”. Como a quadra do Canitar.

Na quadra, onde antes tinha as baladas funk, há agora algumas crianças jogando futebol e uma mulher policial que sorri quando nos vê e continua olhando para as crianças. Ela está armada e vigia o espaço para ele não ser ocupado para outro fim. (caderno de campo, 31/09/12)

De um lado, a mídia tende a maximizar os avanços em termos de oferta em projetos sociais, bens culturais e espaços de sociabilidade para os jovens do Complexo do Alemão. Do outro lado, os jovens se sentem constrangidos em utilizar os antigos espaços do bairro, hoje transfigurados pela presença policial. Essa presença, tal como vimos, é problemática, e em última instância geradora de novas violências no bairro. Podemos então nos perguntar como esse controle cotidiano, nas circulações e as novas violências emergentes das interações do dia a dia no bairro, modificaram as relações sociais dos jovens. Uma análise rápida das ações dos programas sociais implantados no bairro permite ver que fora criada uma demanda muito forte, por parte dos jovens, em relação ao acesso à cultura e a outros modelos culturais. Tal demanda está relacionada com a possibilidade de circular em diversos mundos. Acreditamos que limitar esses jovens aos limites da favela torna-se um decréscimo em relação ao capital relacional e intensifica ainda mais a territorialização das relações e o trincheiramento em “pontos” e “buracos” do bairro (Misse, 1999, 2008).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos descrever as complexas relações entre jovens, violência, mídia e gênero. De um lado buscamos problematizar a ideia da juvenilização da violência, fenômeno que se observa no país, mas também em outras nações, de outro assinalamos que o fenômeno possui um marcante recorte de gênero uma vez que os jovens negros, pardos e pobres são as vítimas preferenciais de homicídio. Tais homicídios podem ocorrer entre os mesmos, mediante diversas modalidades de conflito, entre elas convivência com o narcotráfico e a polícia que é o caso de muitas favelas cariocas, como também como atores de violência, incluindo suas parceiras.

A entrada em cena de uma nova política de segurança nesse cenário, as UPPs, trouxe outros códigos para o cotidiano dos jovens. Um desses códigos relativo à presença ostensiva de policiais é a diminuição dos espaços de sociabilidade e o controle sobre a mesma na medida em que a formação de pequenos grupos, mesmo para uma conversa, converte-se rapidamente em algo suspeito para a polícia.

O trabalho de campo demonstrou, contudo, o caráter irredutível de cada favela, cuja apreensão não admitiu formulações generalistas. As diferenças geodemográficas (de tamanho, localização, densidade populacional) somam-se as particularidades históricas, socioculturais e relações estabelecidas com a polícia e o tráfico local, originando comunidades únicas cujas interseções e divergências, ora promovem alianças e aproximações, ora motivam concorrências e ampliam distâncias.

O histórico de conflitos entre bandos armados decorrente da instabilidade no controle do território constituiu fator motivador da receptividade da UPP por certas comunidades (Morro da Formiga e as comunidades do Leme). Já no Complexo do Alemão o projeto de segurança, das UPPs encontra forte a resistência por parte dos moradores, sejam eles idosos ou jovens. O fator geracional é outra variável importante nesta equação. A resistência dos mais jovens, ao projeto das UPPs, é substancial e se contrasta com a adesão da parcela mais idosa de moradores. Além da interdição dos bailes funks ter agravado a demanda dos jovens por entretenimento, estes são considerados suspeitos, pela polícia e por facções criminosas de integrarem as fileiras do tráfico local, o que restringe sua circulação pela comunidade e pela cidade como um todo. A maior aprovação entre os mais idosos pode ser explicada pela sensação de segurança e direito de ir e vir garantidos pela contenção dos tiroteios, maior discricção na venda e consumo de drogas pela comunidade, diminuição na ostentação de armas. Ademais o enfraquecimento da “ditadura da juventude” que impunha suas regras a todos os moradores indistintamente, decorrente do recuo do tráfico, possibilitou



manifestação dos desejos e reivindicação dos direitos da parcela mais idosa dos moradores das comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.43 pp. 45-63.

\_\_\_\_\_; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *Perspectivas*, São Paulo vol.13, n.4, pp. 62-74.

AFFONSO, A. (2012). As Unidades de Polícia Pacificadora na Mídia. In: *Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, Niterói, RJ.

BARROS, R., MARQUES, L., SANTOS, H. (2010). Favela multimídia: um tour virtual pelas comunidades “pacificadas” pela polícia, numa série especial do jornal *O Globo*. In: *Anais: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Vitória, ES.

BOURDIEU, P. (1983) “A juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 113.

CECCHETTO, F., CORRÊA, J., FARIAS, P., & MESQUITA, W.(2013). Os jovens das favelas e a pacificação dos territórios no rio de janeiro: estilos e estratégias de convivência com a violência criminal e policial In: *VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde*, Rio de Janeiro. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde*.

CERQUEIRA, D. ( 2012). Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. *Economia aplicada*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 201-235.

DAMASCENO, A. P. P.(2014). *Violência de Gênero e Pacificação: entre as leis do Comando e o comando das Leis*. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DAS, V.; POOLE, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. Nova Delhi: Oxford University Press.

FACINA, A. (2009). “Não Me Bate Doutor”: Funk e criminalização da pobreza, In: *V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador. *Anais do V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*.

FACHINETTO, R. F. (2010). Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade sem lugares? In: *ALMEIDA, M. G.*



B. (Org.). *A Violência na Sociedade Contemporânea*. 1ªed., Porto Alegre: EDIPUCRS.

FARIAS, J. *Estratégias de Visibilidade, Política e Movimentos Sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas contra a violência policial*. [Dissertação]. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2007

FASSIN, D. (2000). *Les enjeux politiques de la santé. Études Sénégalaises, Équatoriennes et Françaises*. Paris: Karthala.

FOUCAULT, M. (1984). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). (2006). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz,

LEEDS, E. (2009) *Serving States and Serving Citizens: Halting Steps toward Police Reform in Brazil and Implications for Donor Intervention*. *Policing and Society*; Vol.17 (1).

LEITE, M. P. (2007) *Para além da metáfora da guerra: Violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Attar Editorial/CNPq Pronex Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo.

MAIA, A. S. C. (2007). *Jovens e Mídia: da periferia da cidade para o centro da página policial*. In: *Colóquio Mídia e agenda Social da ANDI*. Rio de Janeiro.

MENDONÇA, K. (2011). *O RJTV e a (re) urbanização do Rio: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação*. In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife, PE.

MISSE, M. . (1999). *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM) Universidade Candido Mendes.

\_\_\_\_\_. (2006). *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

\_\_\_\_\_. (2008). *Notas sobre a Sujeição Criminal de Crianças e Adolescentes*. In: SENTO-SE, J. T.; PAIVA, V. (Org.). *Juventude em Conflito com a Lei*. Rio de Janeiro: Garamond.

MONTEIRO, J. (2013) *Os Efeitos da Política de Pacificação sobre os Confrontos entre Facções de Drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.



MOURA, T. (2007), Rostos Invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras.

ORLANDI, E. P. (2008). Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1997). O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP. Fontes.

PERALVA A. (1996). "Democracia e violência. Notas sobre o caso do Rio de Janeiro". In Lua Nova.

\_\_\_\_\_. (2000). Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo : Paz e Terra.

RAMOS, D. O; PAIVA, A. (2005). Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. In: Boletim Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam, v. 9, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. (2007). Mídia e Violência. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM.

RAMOS, S. (2009). Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. Boletim Segurança e Cidadania, v. 13.

RIBEIRO, C.; DIAS, R.; CARVALHO, S.(2008). Discursos e Práticas na Construção de uma Política de Segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: Justiça Global (Org.); Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll.

SCHRAIBER LB ; GOMES R ; COUTO MT. (2005). Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro - RJ, v. 10, n.1, p. 7-17

SILVA, F. C. A (2008) Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. Revista Anagrama - Revista Interdisciplinar da Graduação. São Paulo.

SILVA, L. A. M. (2004). Solidariedade e Sociabilidade Violenta: Verso e Reverso da Moeda. Comunicações do ISER, v. XXIII, n.59, p. 104-110.

WASELFISZ, J, J. (2013). Homicídios e Juventude no Brasil - Mapa da Violência 2013. Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República.

ZALUAR, A. M.(1993). Nem líderes, nem heróis. In: RIZZINI, I. (org.). (Org.). A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio. Universidade Santa Úrsula - RJ: Editora CESPI.

\_\_\_\_\_. (1994). Cidadãos não vão ao Paraíso. Campinas: Editora UNICAMP / Editora Escuta.



\_\_\_\_\_. (1999) Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.3, p. 03-17.

\_\_\_\_\_.(2001). Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking. International Social Science Journal, Londres e Paris, UNESCO, v. LIII, n.no. 3, p. 369-379.

\_\_\_\_\_. (2004) Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.